

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Servidores dão aval a reajuste de 9% 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita recebe número recorde de 1 milhão de declarações no 1º dia 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU determina que Bolsonaro devolva joias e fuzil 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Partidos concluem acordos para instalar comissões na Câmara 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF define tese do Funrural para pessoas jurídicas 9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Quase um milhão de brasileiros aguardam perícia médica do INSS para receber benefícios
..... 11

VALOR ONLINE - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fazenda nega ter dado aval a juro menor no consignado 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

FPE propõe a Haddad desoneração linear da folha de pagamentos 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transparência para a reforma - ADRIANA FERNANDES 17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

CPMI dos atos golpistas é só diversionismo (Editorial) 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma tributária será fundamental para área do clima" (Artigo) 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Desconfiança do mercado financeiro é a mesma da eleição 23

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso 25

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Puxadinhos tributários (Artigo) 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País precisa de superávit de 3,6% do PIB para conter alta da dívida bruta, diz IFI	30
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PEC para imunidade tributária a templos tem apoio de 333 deputados e aval de Lira	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Haddad entrega regra fiscal; Lula diz que proposta sai até a semana que vem	32

Servidores dão aval a reajuste de 9%

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press



Sérgio Ronaldo da Silva, da Condsef, espera conclusão até amanhã

Fernanda Strickland

As entidades que representam os servidores do Poder Executivo federal devem aprovar a proposta de um reajuste salarial de 9%, a partir de maio, apresentada pelo governo na Mesa Permanente de Negociação. Até agora, as entidades que realizaram assembleias para discutir o assunto concordaram com o fechamento de um acordo.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), Sérgio Ronaldo, acredita que a proposta será aceita por todas as entidades ligadas à Confederação. "Já realizamos mais da metade das assembleias com os sindicatos e associações, e todas estão aceitando a proposta. Acredito que, até esta sexta-feira, teremos um consolidado de todas as decisões", disse.

Segundo o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, sindicatos e associações ligadas à entidade também devem dar aval ao acordo com o governo. "Até agora, todos os filiados que já examinaram o assunto decidiram pela aprovação. Já tivemos decisões nesse sentido de entidades como Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Anfipe), Associação dos Servidores do Ipea e Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea), entre outras", apontou.

Marques explicou que cada entidade vai fazer sua

assembleia e publicar o resultado. Questionado pelo Correio sobre o que acontecerá com as entidades que, eventualmente, não aceitarem a proposta, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou que o reajuste será concretizado para todos os setores do funcionalismo.

Para validar a proposta, o governo se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para corrigir a Lei Orçamentária Anual, prevendo o aumento de despesas para este ano. "Com a alteração da LOA 2023, será possível garantir a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que tratará do reajuste salarial, considerando os limites orçamentários e jurídicos", destacou a pasta em ofício encaminhado às entidades representativas dos servidores do Poder Executivo.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/16/all.pdf>

Receita recebe número recorde de 1 milhão de declarações no 1º dia

A **Receita Federal** recebeu um número recorde de declarações no primeiro dia de envio do Imposto de Renda2023. Segundo o fisco, mais de 1 milhão foram enviadas até as 17h desta quarta-feira (15), primeiro dia de prazo para declarar o IR.

O número -I 05 0.023- é recorde. No mesmo período de 2022, foram enviados 372.419 declarações.

Nas primeiras duas horas, 488.242 declarações foram entregues. O dado contabilizava os envios até as 11h20 no primeiro balanço disponibilizado pelo órgão. A entrega do IR foi liberada às 9h.

Poucos minutos após a abertura do prazo, houve falha no aplicativo Meu Imposto de Renda e instabilidade no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual), plataforma digital em que o contribuinte tem acesso aos dados da declaração. Nas redes, contribuintes relataram dificuldade para acessar os sistemas. A Receita disse que a situação é transitória. A entrega vai até as 23h59 de 31 de maio.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50217&maxTouch=0&_ga=2.52431456.916261654.1678873530-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

TCU determina que Bolsonaro devolva joias e fuzil



Decisão. Jair Bolsonaro e a então primeira-dama, Michelle: ex-presidente tem cinco dias para entregar à União os presentes oferecidos pelos árabes

GERALDA DOCA E MARIANA MUNIZ
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem por unanimidade que o ex-presidente Jair Bolsonaro devolva em até cinco dias as joias oferecidas ao Estado brasileiro pelo governo da Arábia Saudita em 2021, assim como o conjunto de armas ofertado por autoridades dos Emirados Árabes Unidos.

A Corte também estabeleceu que a **Receita Federal** deve entregar à presidência um estojo de joias apreendido no Aeroporto de Guarulhos com o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque. A defesa de Bolsonaro informou que o ex-presidente encaminhará as joias à Secretaria-Geral da Presidência.

O TCU deliberou sobre três presentes dados ao Estado brasileiro. São dois estojos de joias, um deles com peças avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que foi retido pela **Receita Federal** quando uma comitiva do ministério desembarcava no país. O outro, trazido na bagagem pessoal de Bento Albuquerque na mesma ocasião, foi entregue a Bolsonaro no fim de 2022 e está com o ex-presidente até hoje. Além deles, os ministros pediram a devolução de um conjunto de armas, que inclui uma pistola e um fuzil, também em posse de Bolsonaro.

Os ministros decidiram ainda que o TCU fará uma auditoria completa em todos os presentes recebidos pela Presidência da República ao fim de cada mandato, a começar pelos itens ofertados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, período em que Bolsonaro estava no Planalto.

NARDES REFORMA DECISÃO Durante a sessão, o presidente da Corte de Contas, ministro Bruno Dantas, deixou claro que dois aspectos determinam quais presentes podem ficar com o ocupante do Palácio do Planalto quando ele deixa o governo: uso pessoal e valor baixo.

- Se o presente tem um caráter personalíssimo e baixo valor monetário, como uma camisa de time, um perfume, um lenço, que, portanto, preenchem esses dois requisitos, esses bens podem ser atribuídos ao acervo particular do ocupante da Presidência. Se o bem é de elevado valor, ou não é personalíssimo, o destino deve ser o acervo da Presidência - resumiu Dantas em seu voto.

Os ministros seguiram o posicionamento do relator, Augusto Nardes, que mudou o seu entendimento e reformou a decisão liminar dada por ele na semana passada.

Na manifestação anterior, Nardes autorizou o ex-presidente a continuar como depositário das peças - neste caso, Bolsonaro só não poderia vender ou usar as joias. A liminar causou desconforto entre os ministros, que defendiam a devolução imediata das peças, inclusive o conjunto que está em posse da **Receita Federal**, em São Paulo.

-Por detrás do presidente ou da primeira-dama, está o Estado brasileiro ou a República brasileira. Não faz sentido que as peças continuem sob a guarda da **Receita Federal**. Essas joias têm que ser entregues à Presidência, lá catalogadas, e devem integrar o patrimônio da Presidência da República -apontou o decano da Corte, Walton Alencar.

Ainda segundo Alencar, não é necessário as peças permanecerem retidas na Receita após a determinação do TCU para que as joias integrem o acervo da Presidência: -Não existe sentido nessas joias valiosas, ofertas, presentes de um Estado estrangeiro, permanecerem sob a guarda da **Receita Federal** como se fossem uma mercadoria qualquer. Esse é um presente de um Estado estrangeiro ao Brasil na pessoa da primeira-dama.

PEDIDO À PF NEGADO Em petição enviada ao TCU no início desta semana, os advogados de Bolsonaro

informaram a intenção do ex-presidente de devolver as joias e propuseram que as peças ficassem sob a guarda da Corte até uma decisão sobre o destino final. Após a sessão de ontem, a defesa informou que o ex-presidente vai encaminhar os bens: "O pleno do Tribunal de Contas da União por unanimidade acolheu o pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro no sentido de depositar os bens para a União.

Em cumprimento da decisão, os bens serão encaminhados à Secretaria Geral da Presidência da República", diz nota.

A defesa de Jair Bolsonaro também pediu à Superintendência da **Receita Federal** em São Paulo, que investiga o caso, para que tenha acesso aos autos. A solicitação foi negada sob o argumento de que ex-presidente não é parte no processo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Partidos concluem acordos para instalar comissões na Câmara



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conversa com jornalistas em Brasília. Pedro Ladeira - 31.jan.23/Folhapress

César Feitoza e Victoria Azevedo Brasília / VA, Thaísa Oliveira e CF

Após mais de um mês de negociações, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a um acordo com líderes partidários para a instalação das comissões permanentes da Casa nesta quarta-feira (15).

A divisão mostra a composição de forças de base e oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara, com o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, em postos-chave para fazer jogo duro contra o Palácio do Planalto.

O martelo foi batido em reunião de Lira com líderes na manhã desta quarta. Até pouco antes de o encontro começar, partidos se articulavam na divisão de comissões. O PT tentava o comando da Comissão de Direitos Humanos -que havia ficado com o PP.

Na reunião, ficou acertado que o PT ficará com Direitos Humanos. Em troca, cedeu ao PP o comando da Comissão de Cultura. No final, o PT ficará com as presidências das Comissões de Finanças e Tributação, de Direitos Humanos e de Trabalho, além da de Constituição e Justiça, a mais importante da Câmara.

Rui Falcão (PT-SP) foi eleito presidente da CCJ

(Comissão de Constituição e Justiça).

Já o PL presidirá a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de Saúde, de Segurança Pública, da **Previdência Social** e Infância e de Esporte.

O PL quer pôr bolsonaristas à frente das principais comissões. É o caso da deputada federal Bia Kicis (PL-DF), indicada pelo PL e eleita para comandar a Fiscalização e Controle -que tem poder para convocar os ministros de Lula para prestar esclarecimentos.

O líder do PT, Zeca Dirceu (PR), disse na terça (14) que lutaria até o último instante para evitar que "malucos" assumam cargos relevantes nas comissões permanentes.

"Eu apelo para que nenhum maluco extremista assuma [a presidência de] comissões. É ruim para Câmara, para o próprio Lira, para todo mundo", disse.

A distribuição das presidências das comissões leva em consideração o tamanho das bancadas na Câmara. O partido com mais deputados tem o direito de primeira escolha, e a menor sigla fica por último.

A regra privilegia o PL, que elegeu 99 deputados federais. Apesar disso, abriu mão da principal comissão em troca de um acordo, ainda não fechado, para indicar o relator da CMO (Comissão Mista de Orçamento) no primeiro mandato de Lula. Segundo parlamentares ouvidos pela Folha, esse assunto deverá ser tratado posteriormente.

Um dos grandes impasses envolvia negociações com a União Brasil, partido que elegeu 59 deputados. Inicialmente, por exemplo, a legenda tinha interesse em comandar a Comissão de Finanças e Tributação, que ficou para o PT, e a de Segurança Pública, que será comandada pelo PL.

O partido comandará as de Minas e Energia, Educação e Integração Nacional.

A Comissão de Meio Ambiente, que inicialmente foi disputada por PT, MDB e PR acabou ficando com MDB.

As legendas negociaram a criação de cinco novas

comissões na Câmara no início do ano. Com a mudança, a Casa passou a ter 30 colegiados para dar ao menos uma presidência a cada partido que apoiou a reeleição de Lira.

Lira se empenhou na resolução dos impasses. Fez reuniões na residência oficial com os líderes Elmar Nascimento (União Brasil), Altineu Cortes (PL), Zeca Dirceu (PT) e Antônio Brito (PSD). Encontro com todas as lideranças, previsto para o começo da tarde, foi desmarcado pouco antes do horário.

Lideranças afirmaram à Folha, sob reserva, que a decisão de Lira acelerar com a resolução do impasse em tomo das comissões fez o processo ser açodado.

A escolha de membros das comissões principais é uma das principais estratégias definir o rumo dos trabalhos.

Na Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, são 64 cadeiras a serem divididas pelos partidos. Pela proporcionalidade, o PL terá a maior representação, com 13 deputados, seguido pela federação de PT, PC do B e PV, com 10.

No colegiado, União Brasil e MDB serão fundamentais para o governo formar maioria -o que facilita ao Executivo a aprovação de propostas.

Sem os partidos alinhados ao governo, a base terá somente 25 votos na CCJ. Com eles, tem maioria do colegiado, com 38.

Lira fala em mudar Constituição para acordo sobre MPs

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enfrentou o Senado e sinalizou nesta quarta (15) uma mudança constitucional para chegar um acordo sobre a retomada do funcionamento das comissões mistas responsáveis por analisar as MPs (medidas provisórias).

Lira disse em plenário que é preciso que os integrantes das mesas das duas Casas se sentem "democraticamente, educadamente, civilizadamente [para] encontrar um ritmo adequado".

"Há de se encontrar uma maneira racional, de se evitar a volta das comissões mistas, porque elas eram antidemocráticas com os plenários da Câmara e do Senado. E nós vamos encontrar uma maneira, nem que seja fazendo alteração constitucional para ajustar esse tema", disse Lira.

A Constituição diz que MPs do presidente da República devem ser analisadas pelo Congresso. O

rito começa em uma comissão formada por deputados e senadores. E o relator se alterna entre os parlamentares das duas Casas.

Em 2020, mudou o processo, e, por causa da pandemia, MPs passaram a seguir diretamente à Câmara. Em fevereiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retomou o rito constitucional. Lira resistiu e disse que a determinação precisa ser das duas Casas legislativas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50217>

STF define tese do Funrural para pessoas jurídicas



Ministro Alexandre de Moraes: "proposta do ministro Dias Toffoli é a mais razoável"

Beatriz Olivon De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, com repercussão geral, a validade da cobrança da contribuição previdenciária do setor agropecuário sobre a receita bruta, o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural).

Uma tese sobre o assunto era esperada porque havia uma incerteza em relação ao alcance do entendimento da Corte, que julgou o mérito em dezembro.

A definição da base de cálculo do Funrural para pessoas jurídicas é uma discussão de impacto estimado em R\$ 12,2 bilhões pela União (RE 700922). O valor consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

Na sessão de ontem, os ministros destacaram que a cobrança é válida a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. A decisão acalmou os ânimos do mercado porque a Corte já havia decidido nesse sentido em outros processos relativos ao Funrural.

Na época da discussão de mérito, a intenção dos contribuintes era voltar a pagar o Funrural com base na folha de pagamentos, conforme previa o artigo 22 da Lei nº 8.212, de 1991. Alegavam que o Funrural não poderia incidir sobre a receita bruta porque essa já é a base de cálculo da Cofins.

No STF, contudo, prevaleceu o entendimento de que é constitucional a previsão da Lei nº 8.870, de 1994, que instituiu a contribuição à **seguridade social**, a cargo do empregador produtor rural, pessoa jurídica, sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. Esse foi o posicionamento do ministro Alexandre de Moraes. Inicialmente, ele não fazia a distinção para o período anterior à EC 20.

A definição da tese de repercussão geral também é importante porque o enunciado será seguido pelas instâncias inferiores do Judiciário, o que reduz a litigiosidade e traz segurança jurídica.

Na sessão, o ministro Alexandre de Moraes lembrou que na votação do mérito sobre o caso concreto o resultado foi de sete votos a quatro. "Me parece que a hipótese proposta pelo ministro Dias Toffoli é a mais razoável", afirmou ao ler a tese de Toffoli, que traz o recorte da EC 20. A decisão foi unânime.

Baseada na EC 20, a Lei nº 10.256, de 2001, alterou a Lei nº 8.870, de 1994. Com isso, instituiu a contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção, devida pelo produtor rural pessoa jurídica, em substituição à incidente sobre a folha de salários prevista na Lei nº 8.212, de 1991.

Pela tese fixada, é considerada inconstitucional a contribuição social à cargo de empregador rural pessoa jurídica incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção prevista na Lei nº 8.870, de 1994, na redação anterior à EC nº 20, de 1998.

Para não deixar dúvidas, o enunciado também define que é constitucional a contribuição social à cargo de empregador rural pessoa jurídica incidente sobre a receita bruta proveniente da sua produção prevista na Lei nº 8.870, de 1994, na redação da Lei nº 10.256, de 2001.

A tese de repercussão geral também afirma que é constitucional a contribuição social destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Segundo o advogado Jules Queiroz, sócio do escritório Silva Matos Advogados, a tese destacou o

posicionamento da própria Corte. Ele aponta que o ministro Alexandre de Moraes havia indicado no voto sobre o mérito, em dezembro, que o Funrural "sempre" foi constitucional.

"Isso não seria coerente com a jurisprudência da Corte", afirmou.

Ao analisar o mérito, o ministro Dias Toffoli havia levantado esse ponto. Afirmou que, antes da EC nº 20, a instituição da contribuição sobre a base econômica "receita bruta proveniente da comercialização da produção" foi considerada inconstitucional para o produtor rural pessoa natural.

"Forçoso assentar a inconstitucionalidade da contribuição devida pelo produtor rural pessoa jurídica", afirmou ao votar.

"Seria inesperado se o ministro Moraes não seguisse esse ponto do voto de Toffoli", explica Queiroz.

Já o advogado Marcelo Guaritá, sócio do Peluso, Stupp e Guaritá Advogados, pondera que o impacto desse julgamento no mercado é menor do que o do Funrural das pessoas físicas. "É o produtor rural que está no início de cadeia, eles são a maior parte, que opera em sua esmagadora maioria como pessoa física", diz.

Guaritá também lembra que a Lei nº 13.606, de 2018, a partir de 2019, deu a opção para que o produtor recolha sobre a receita ou a folha de salários.

"Esse julgamento afeta especialmente o passado e a quem não recolheu ou depositou", diz.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187493>

Quase um milhão de brasileiros aguardam perícia médica do INSS para receber benefícios

Por Amanda Lüder, GloboNews

Prova de vida. aposentado, **INSS**, aposentadoria, previdência - Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Há mais de dois anos, Sebastião Renato Barrozo aguarda que o **INSS** agende uma perícia médica para ele. O marceneiro de 56 anos sofreu um acidente de trabalho em 2016 e perdeu dois dedos. Passou por uma cirurgia e, após um período afastado, voltou a trabalhar. Não conseguia mais desempenhar a função como antes e foi demitido. Está desempregado desde então. Não tenho outra profissão. Toda vida foi carpintaria e marcenaria, e não tenho mais condições de exercê-la, conta.

Sebastião mora em Recreio, município localizado no interior de Minas Gerais, com pouco mais de 10 mil habitantes. Ele só descobriu que tinha direito ao benefício do auxílio-acidente pelo **INSS** em dezembro de 2019, quando deu entrada, por conta própria, no pedido. Em 2022, ainda sem resposta, conseguiu a ajuda de um advogado.

Aqui os recursos são poucos, não procurei [advogado] antes por falta de experiência. Eu sou leigo nesse assunto. Quando eu encontrava alguém que entendia mais ou menos, me falavam que demora mesmo. Eu ia aguardando", conta.

Em todo o Brasil, 996.867 pessoas esperam pela realização de perícia médica do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** para começar a receber benefícios. Mas essas são as pessoas que já têm uma data para que a perícia seja realizada, ou seja, casos como o de Sebastião nem entram nessa conta.

O número é do Ministério da Previdência e foi obtido com exclusividade pela Globonews por meio da Lei de Acesso à Informação. Esses quase 1 milhão de brasileiros aguardam perícia por diferentes razões, desde Benefício de Prestação Continuada (BPC) a auxílios por incapacidades e pensão por morte, por exemplo.

Este é o mês de março com maior número de pessoas na fila nos últimos quatro anos. Em março de 2020,

eram 726.894 brasileiros aguardando perícia - foi quando os agendamentos pararam por conta da pandemia. No mesmo mês em 2021, o número caiu para pouco mais de 635 mil pessoas. Em março do ano passado, o número voltou a crescer e ultrapassou 828 mil.

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de **Previdência Social (IBDP)**, Adriane Bramante, o aumento se deve ainda a consequências da pandemia. O **INSS** trabalha com o acúmulo de pedidos gerado durante os meses mais agudos da Covid-19 em 2020, quando as perícias pararam, além do fato que a pandemia fez com que aumentasse também o número de benefícios pedidos.

Outro fator que explica esse aumento na fila das perícias é o próprio sistema do **INSS**. O Dataprev é extremamente ruim. No último dia 10 de março, por exemplo, ele travou e parou. Todas as pessoas que tinham perícia agendada para aquele dia tiveram que reagendar e terão que esperar uma nova data de perícia. Isso deixa a fila ainda maior, explica a presidente do IBDP.

Média nacional

No Brasil, a cada 100 mil habitantes, 566 estão na fila da perícia médica do **INSS**. Os estados com os maiores índices são Piauí, com 1.320 pessoas na fila a cada 100 mil habitantes; Alagoas, com 1.153; e Rondônia, com 1.023.

Além destas, outras sete unidades da Federação também têm índice acima da média nacional. São elas: Sergipe, Mato Grosso, Ceará, Tocantins, Distrito Federal, Maranhão e Bahia.

O caso do marceneiro Sebastião foi para a Justiça no início deste ano. "Entramos com mandado de segurança em 16 de janeiro. Diante dessa morosidade do **INSS** no administrativo, pedimos para o juiz determinar que o **INSS** faça o agendamento", explica o advogado previdenciário Gustavo Bertolini. Até o momento, ainda não houve resposta.

No início do ano, o Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) apontou o **INSS** como o maior litigante do Judiciário brasileiro, representando 3,87% de todos os casos.

É um problema crônico que precisa ser resolvido não com judicialização excessiva, como é hoje, mas precisa ser resolvido na base, explica a presidente do IBDP, Adriane Bramante.

Para ela, ações que podem ajudar a mitigar o problema são, por exemplo, trazer mais tecnologia ao sistema do **INSS** para facilitar o acesso do segurado e ter um cruzamento de dados do SUS com a perícia do **INSS**, de modo que o perito já tenha acesso a todo o histórico de saúde do potencial beneficiário.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/16/quase-um-milhao-de-brasileiros-aguardam-pericia-medica-do-inss-para-receber-beneficios.ghtml>

Fazenda nega ter dado aval a juro menor no consignado

Por Guilherme Pimenta - De Brasília

O Ministério da Fazenda tenta sensibilizar o Palácio do Planalto e o Ministério da Previdência de que, em seu entendimento, a queda no teto dos juros do consignado para beneficiários do **INSS** pode levar a uma escassez ainda maior do crédito, que já vem sendo pressionado pela alta dos juros e da inadimplência.

Anteontem, a Previdência informou ao Valor que o ministro Fernando Haddad havia dado aval da Fazenda à mudança - na segunda-feira, o teto de juros caiu de 2,14% para 1,70% ao mês. Membros da equipe econômica dizem, nos bastidores, que não houve aval à alteração, ao contrário. Segundo essas fontes, houve uma tentativa de sensibilizar o ministro da Previdência, Carlos Lupi, de que a medida poderia ter um efeito oposto.

Dados do Banco Central indicam que há uma oferta média mensal, nos últimos 12 meses, de R\$ 5,2 bilhões em consignado aos aposentados. Ainda assim, o total concedido vem caindo desde 2020, de acordo com o órgão - uma queda de 46% em dois anos.

Os bancos argumentam que, com as novas taxas, há uma queda na rentabilidade do produto, que com o teto em 2,14%, a rentabilidade já era próxima de zero e com o novo limite ficará negativa, no cálculo das instituições financeiras.

Ainda há outra implicação. Uma regra de 2013 do Banco Central determina que quando não há viabilidade econômica na operação - ou seja, com margem negativa -, ela não deve ser realizada. Assim, as instituições avaliam que será preciso cortar custos, como gastos com correspondentes bancários que oferecem o crédito, e reduzir risco, com oferta a clientes com menores chances de inadimplência, para tentar reverter o cenário e tornar a oferta viável.

Ontem, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, se reuniu com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, para expor as preocupações do setor com as mudanças.

No entendimento dos bancos, com a nova taxa, beneficiários do consignado serão excluídos da operação, já que será preciso priorizar aposentados de

maior renda e mais novos - isso porque a legislação determina que, em caso de morte, não há mais dívida a ser paga, com o risco ficando para as instituições financeiras.

Uma mudança na regra recém-alterada, no entanto, depende de uma reversão no mesmo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), que aprovou a redução do teto por 12 votos a três nesta semana.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Fazenda nega ter dado aval a juro menor no consignado

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/03/16/fazenda-nega-ter-dado-aval-a-juro-menor-no-consignado.ghtml>

globo.com | pt | pt-br | pt-pt | pt-es | tecnologia | Valor Online

Menu | Buscar | Valor | Finanças | Entrar

Valor Empresas 360
 Acesso exclusivo: notícias, gráficos, análises e conteúdo exclusivo de uma empresa em um só lugar.

Para um novo ciclo, novos princípios.

Fazenda nega ter dado aval a juro menor no consignado

Novo limite para taxa de juros da modalidade, de 1,7% ao mês, foi aprovado nesta semana pelo Conselho Nacional de Previdência Social

Por Guilherme Pimenta — De Brasília
 14/03/2023 08:40 - Última atualização: 14/03/2023

O Ministério da Fazenda tenta sensibilizar o Palácio do Planalto e o Ministério da Previdência de que, em seu entendimento, a

Valor
 MÊS DO CONSUMIDOR

VALOR DIGITAL + BLOBO MAIS
69% OFF
 ASSINE JÁ
 Ou ligue para nos chamar: 0800 707 8888

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por: AdMob

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

ADVERTORIAL: Notícias sobre as eleições municipais de 2023. [Veja mais notícias](#)

Mais do Valor Econômico

Marisa adia divulgação de resultados do 1º trimestre para 31 de março
 A presidente Marisa adia a divulgação dos resultados do primeiro trimestre da YDUQS para o dia 31 de março.

Agenda de empresas: Marisa adia balanço; Yduqs e Taesa comemoram resultados
 Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta quarta-feira.

Bolsas da Europa avançam após anúncio de empréstimo do Credit Suisse para elevar liquidez
 Nasdaq para subir e as ações se voltam para o mercado de polígonos monetários do Banco Central Europeu.

China aumenta uso de carvão para segurança energética apesar de metas verdes
 Apesar de ter o plano de reduzir o uso de carvão e aumentar o uso de energia limpa, Pequim prometeu usar carvão para garantir que tenha eletricidade suficiente.

Agenda do dia: Decisão de juros do BCE, IGP-10 de março
 Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta quarta-feira.

Bolsas da Ásia fecham em queda após crise do Credit Suisse
 China de cautela influencia negociações.

Grandes empresas do Japão concedem reajustes salariais perdidos pelos sindicatos laborais
 Apesar do aumento, a inflação acelerada dos preços dos alimentos e da energia podem deixar os salários japoneses com menos poder de compra.

Coreia do Norte dispara míssil horas antes da Cupida Japão Coreia do Sul
 O líder norte-coreiano Kim Jong-un prometeu imediatamente planejar se encontrar no final do dia com o líder sul-coreano Yoon Suk-yeol em meio aos lançamentos de mísseis intercontinentais.

VIA MARK

Valor

Valor	Produtos	Central do Leitor	Siga o Valor	Assine
Termos de Uso	Edição Imprensa	Editorial Pirelli	Facebook	Assine
Política de Privacidade	Valor Investe	Newsletter	Twitter	Venda de conteúdo
Princípios Editoriais	Valor P&O	Fale Conosco	LinkedIn	
Espetáculo	Valor TI	Portal do Assinante	YouTube	
	Valor Internacional		RSS	
	Revistas e Anúncios			
	Serviços			

FPE propõe a Haddad desoneração linear da folha de pagamentos

EDUARDO RODRIGUES e GIORDANNA NEVES

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) levou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma proposta de desoneração linear e definitiva da folha de pagamento para todos os setores, como uma forma de compensar o aumento da tributação do setor de serviços - um dos maiores entraves à **reforma tributária**.

"Nossa proposta é de uma transição, desonerando gradualmente a folha de salários e aumentando a calibragem do IVA dos serviços", afirmou o presidente da Frente, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

O governo pretende abordar os descontos na folha após a mudança na tributação do consumo, atrelando o benefício à tributação de dividendos na reforma dos **impostos** sobre a renda. Bertaiolli lembrou que a atual desoneração da folha para 17 setores da economia termina no fim do ano.

O deputado também relatou o compromisso de Haddad em não alterar o Simples Nacional na **reforma tributária**, mas cobrou do ministro a correção do teto do regime. O limite de R\$ 4,8 milhões de faturamento anual é o mesmo desde 2016.

"Defendemos a atualização pelo IPCA, que elevaria o teto para R\$ 8,3 milhões." A FPE ainda levou à equipe da Fazenda a preocupação com o chamado "contrabando digital" de produtos chineses que seriam sub-taxados na entrada no País. "São oito cargueiros por semana de produtos da China subfaturados, com valor abaixo de US\$ 50, dividindo uma mesma compra em vários pacotes para escapar da tributação.

São bilhões de reais não arrecadados", concluiu.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Transparência para a reforma - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

O governo não vai enviar um novo texto de reforma tributária para o Congresso, como se esperava no início do ano pelas declarações da época do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Esse ponto, que parece óbvio para os negociadores da reforma, que se mobilizam no Congresso e em reuniões técnicas com os principais atores envolvidos, não estava claro para muitos que acompanham a evolução da reforma tributária fora do círculo de poder em Brasília.

Isso significa, na prática, que a influência do governo na reforma será feita por meio do grupo de trabalho da Câmara, criado pelo presidente da Casa, Arthur Lira. E, em última instância, no parecer final do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Para o debate público, no entanto, essa estratégia pode não ser o melhor caminho. Vale mais bater na porta do relator ou de Haddad? Afinal, os relatórios das PECs 45 (Câmara) e 110 (Senado) foram negociados na legislatura passada e durante o governo Bolsonaro.

É pouco crível achar que a decisão de não apresentar um novo texto significa entregar de vez a condução da reforma ao Congresso. Essa estratégia permite que a equipe econômica não fique exposta às críticas por um algum ponto que defenda.

Via o relatório de Aguinaldo, não se saberá ao certo o que o governo quer e não abre mão.

O problema desse rumo tomado nas negociações é que começa a aparecer certa irritação dos setores empresariais. Eles querem mais detalhes e menos retórica dada ao diagnóstico da necessidade de aprovação da reforma, que já está dado há décadas.

Em vez de se falar dos detalhes, fica-se falando o tempo todo de como a reforma é importante para o crescimento.

E é mesmo. Mas é preciso mostrar também o "vamos ver", que não está sendo exposto ao público. As empresas têm medo de que o relatório do deputado

Aguinaldo vá para a votação do plenário no atropelo, sem tudo esclarecido.

Não se fala claramente como será feita a regulamentação da PEC. A proposta deixa pontos essenciais para lei complementar posterior, que só será enviada no ano que vem pelo governo. Não se sabe como será a regulamentação. Não se revelou nada ainda desse depois.

Só o que se ouve é que o Congresso que vai decidir.

O que se quer é matar no peito a mudança do sistema tributário dos impostos do consumo na votação da PEC e depois, com a necessidade de menos votos, aprovar a regulamentação.

Sem transparência total, com todas as cartas na mesa, a reforma pode até ser aprovada na Câmara, mas pode parar no Senado.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CPMI dos atos golpistas é só diversionismo (Editorial)

Os atos golpistas do 8 de Janeiro são investigados pela Polícia Federal, pela Procuradoria-Geral da República e contam com empenho do Supremo. Por isso mesmo o Congresso tem mais o que fazer do que perder tempo com uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o assunto, iniciativa do deputado André Fernandes (PL-CE) que já reuniu assinaturas suficientes para a leitura do requerimento. Outra tentativa de abrir uma comissão para investigar os ataques, da senadora Soraya Thronicke (União-MS), foi descartada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por ter sido iniciada na legislatura anterior.

A verdade é que não há com que deputados e senadores possam contribuir.

Quem defende a CPMI quer apenas tumultuar. Vários apoiam teses segundo as quais os culpados são vítimas e as vítimas culpados. O país não precisa de um novo circo de embate político, e o Congresso tem pautas mais relevantes para tratar, como o novo marco fiscal e a **reforma tributária**.

"CPI a gente sabe como começa, mas não como termina", reza a velha máxima de Brasília. Muitas nem terminam, e a maioria não chega a lugar nenhum.

Claro que há CPIs com resultados positivos.

A Lei do Feminicídio, de 2015, foi inspirada em proposta elaborada pela CPMI da Violência contra a Mulher, de 2012 e 2013. A CPI da Pedofilia, de 2008 a 2010, resultou em avanços, ao elevar o prazo de prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

ACPI do Judiciário, de 1999, expôs desvios no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A CPI do PC Farias foi determinante para o impeachment de Fernando Collor. As CPIs dos Anões do Orçamento e do Mensalão desvendaram esquemas de corrupção. E a CPI da Covid trouxe evidências fundamentais sobre a omissão criminosa do governo Jair Bolsonaro durante a pandemia.

Mas essas são exceções numa miríade de CPIs que não deram em nada ou serviram apenas para satisfazer a interesses políticos, com ameaças de investigação para chantagear alvos ou tratamento VIP

em depoimentos de testemunhas célebres. A Constituição prevê que CPIs podem ser criadas por Senado ou Câmara, em conjunto ou separadamente.

O pré-requisito é a assinatura de um terço dos parlamentares.

Uma vez instaladas, podem determinar diligências, requisitar documentos, quebrar sigilos ou ouvir testemunhas.

Nenhum desses poderes é necessário neste momento para esclarecer o que aconteceu no 8 de Janeiro, já que PGR, PF e STF fazem seu trabalho.

O fato de Jair Bolsonaro, mesmo no exterior, ter articulado a criação da CPMI dos atos golpistas é evidência de que o objetivo é causar confusão. No poder, ele fez de tudo para disseminar desinformação sobre as urnas eletrônicas e não disse uma palavra de sensatez para desmobilizar seus acólitos acampados perto de quartéis. Agora, depois da violência contra a democracia, quer jogar a culpa no PT, sonhando até com um impeachment. Parece deboche.

Eleitos em outubro, os congressistas deveriam se ocupar de pautas com impacto na vida da população. O Parlamento tem responsabilidade pelo atraso do Brasil na agenda de reformas.

Não há tempo a perder com teatro. Esta legislatura tem a oportunidade de aprovar uma **reforma tributária** decente, de tirar da geladeira a **reforma administrativa** e de instituir um marco fiscal com credibilidade diante do mercado.

É nisso que precisa se concentrar.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
CPMI dos atos golpistas é só diversionismo

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

"Reforma tributária será fundamental para área do clima" (Artigo)



Ana Toni: "Clima não é só tema ambiental, é modelo de desenvolvimento, de não deixar ninguém para trás"

Daniela Chiaretti De São Paulo A **reforma tributária** pode não só beneficiar, como ser estratégica para a descarbonização da economia brasileira. "Irás assegurar que os investimentos em renováveis possam ser competitivos? Fazer com que investimentos verdes tenham a mesma competitividade que os não verdes?", aponta Ana Toni, indicada para ser a secretária nacional de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente. "A **reforma tributária** será fundamental para a área de clima", continua.

A economista e doutora em ciência política conhece o trabalho e a preocupação com clima do secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. "Esperamos que ele possa olhar com carinho para quais impactos a **reforma tributária** vai ter em uma economia que está querendo se colocar, por exemplo, na área de bioeconomia", cita. "Clima não é só um tema ambiental, estamos falando de modelo de desenvolvimento. Não é um tema restrito ao MMA. Depende de todos os ministérios", continua, elogiando o fato de 17 pastas terem criado alguma estrutura dedicada ao tema, prioridade no governo Lula.

Ana Toni está em seu primeiro cargo público. Dirigia o Instituto Clima e Sociedade, o iCS, organização filantrópica muito atuante na temática climática. Antes disso foi presidente do conselho do Greenpeace Internacional, dirigiu a Fundação Ford no Brasil e a

Action Aid. Ela diz que o governo irá discutir as prioridades na ação climática. Na perspectiva da secretaria, contudo, a intenção é estimular a elaboração de planos setoriais muito além do essencial combate ao desmatamento, mas também em agricultura, energia, transportes, indústria. Outro ponto é ter um plano robusto de adaptação climática.

A terceira frente, adianta, é trabalhar com o Ministério da Fazenda na cesta de instrumentos financeiros que irão alicerçar a política climática. "Mercado de carbono é um deles; taxonomia [definir quais são investimentos verdes] é um segundo, financiamento, outro." Ela deixa claro que "mercados de carbono são importantes, mas são apenas um dos mecanismos. Não são a bala de prata".

"Não há outra maneira de combater a mudança climática no Brasil senão com justiça social", diz ela, em entrevista ao Valor. A seguir, os principais trechos: Valor: Qual a sua percepção: é maior a consciência da emergência climática?

Ana Toni: A sensação é que a agenda do clima chegou e está no centro do poder. Esse governo tem um comprometimento muito claro sobre esse tema. Acho que nunca teve um governo que tenha se posicionado desde o começo tão fortemente, não só o presidente Lula, mas também o grupo de ministros e ministras que foi escolhido. Clima está presente em 17 ministérios. E o mundo está discutindo o assunto. Trabalho com isso desde 1991 e minha sensação é que agora não é mais uma questão de "se", mas de "como", e de acelerar o processo. O mundo tem pressa, nós temos pressa. Precisamos ver como implementamos rapidamente o que precisa ser feito. Nos últimos quatro anos trabalhamos a agenda foi muito difícil, virou centro do debate político no Brasil. Que bom que o pior passou. A sensação não é só de alívio, mas de responsabilidade. Temos que recuperar o tempo perdido, perdemos quatro anos de ação. E tudo o que a gente não pode na agenda do clima é perder tempo.

Valor: Qual o campo de atuação da Secretaria do Clima?

Ana Toni: O nome deixa bastante claro - é a Secretaria Nacional de Mudança do Clima e tem a responsabilidade de coordenar a política nacional de

clima. Logica-mente junto com todos os ministérios, com a Casa Civil, com a Presidência. E muito próxima também ao Itamarati, uma relação que sempre existiu entre as duas pastas, pela representação do país junto à Convenção do Clima e às COPs. Acredito que seremos ainda mais próximos por causa da preparação da COP 30, em 2025, no Brasil, se aprovada.

Valor: Sobre a COP, em Belém, a decisão internacional sai este ano?

Ana Toni: Sim, mas o governo já está antenado sobre quais são os requisitos e o que precisa ser feito. Já há conversas no governo com a prefeitura de Belém e o governo do Pará. Estamos nos adiantando, embora o processo ainda não esteja finalizado. É que não dá para esperar. Já estamos começando a ver o que precisa ser feito.

Valor: Já se fala no governo sobre elaborar uma nova NDC, rever o compromisso climático do Brasil?

Ana Toni: Ainda não começamos a pensar como será a nova NDC. Mas temos consciência que vamos precisar iniciar um processo, o mais rápido possível, para debater o novo compromisso climático. Existe a Comissão Interministerial de Clima, presidida pela Casa Civil, e a ideia é marcar logo uma primeira reunião para começar a ver quais são as agendas prioritárias do governo na área de clima.

Que bom que o pior passou. A sensação é de responsabilidade e de alívio. Temos que recuperar o tempo perdido" Valor: Quais são as prioridades?

Ana Toni: Essa é uma decisão não só no Ministério do Meio Ambiente, mas de governo. A perspectiva da secretaria é ter uma política nacional de clima que não abrange só a meta, a NDC. É trabalhar em planos setoriais e olhar mecanismos que apoiem os planos setoriais. Isso é fundamental. Por enquanto temos metas e não temos planos substantivos, mecanismos, recursos que sustentem os planos. Essa é uma prioridade para nós. A segunda é o plano nacional de adaptação. Temos um trabalho bem feito, de 2016, mas muito inicial. As consequências da mudança do clima já estão conosco, acabamos de ver a seca no Rio Grande do Sul, as chuvas devastadoras no litoral norte de São Paulo. Então está claro que a gente também precisa ter um plano de adaptação muito robusto, setorial, com cenários de riscos mais detalhados e trabalhar para isso em conjunto com diversos ministérios. A terceira é trabalhar com todos os mecanismos financeiros que vão alicerçar a política climática: mercado de carbono é um deles; taxonomia é um segundo, financiamento, investimentos. Há uma gama de instrumentos financeiros para sustentar a

política climática. É importante que a gente trabalhe bem próximos ao Ministério da Fazenda para elaborar tudo isso.

Valor: Mais algum desafio?

Ana Toni: Sim, e aqui há algo para celebrar: hoje em dia existem 17 ministérios com estruturas diretas ou indiretas de clima, o que é muito bom e mostra o quanto prioritário é o tema nesse governo. Com essa oportunidade, vem o desafio da coordenação, que cabe ao Ministério de Meio Ambiente junto com a Casa Civil. Temos que usar todo esse empenho dos ministérios e trabalhar juntos. É assegurando que todos nós trabalharemos na mesma direção, com prioridades decididas coletivamente, que conseguirmos chegar mais rápido nos nossos objetivos. O tema de clima é compartilhado e transversal no governo. É uma política de Estado. E aí não só entre os ministérios. Os governos subnacionais serão fundamentais, assim como o setor privado. Esse desafio de articulação, de coordenação, de assegurar que estamos todos nadando na mesma direção, vai ser crucial.

Valor: Quais os passos para se chegar a um bom plano de adaptação à mudança do clima?

Ana Toni: Temos que fazer um mapa das ações de adaptação que já existem em várias esferas e que estão dispersas. O que foi implementado do plano de adaptação de 2016 e o que não foi. Mapear as atividades que já estão acontecendo em diversos ministérios, nas cidades, nos Estados. A partir daí, priorizar algumas ações. Temos coisas maravilhosas, como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden, e todo o trabalho que a Defesa Civil já vem fazendo. Como é que isso se integra? Foi muito incipiente o que o Brasil fez sobre adaptação até agora. Mas existem muitas oportunidades e atividades localizadas. Temos que mapear isso tudo, ver o que está faltando. Diria que falta quase tudo. Mas temos que priorizar e organizar esse debate. Espero que a secretaria possa ter esse papel, de ajudar o governo federal para que a gente saia com um plano robusto de adaptação. Não será perfeito, não será completo, mas será uma trajetória. Precisamos desenhar essa trajetória e dar os primeiros passos. Há muito a fazer em adaptação climática.

Valor: Sobre mecanismos financeiros: quais os passos na discussão de mercado de carbono?

Ana Toni: Primeiro penso que é preciso colocar o tema "mercado de carbono" no seu devido lugar. Ele é importante, mas é um mecanismo financeiro entre muitos, não é "o" mecanismo financeiro. Não é uma

bala de prata, não vai resolver todos os nossos problemas. Temos que trabalhar com uma cesta: investimentos, taxonomia, toda a área de finanças, **tributos**. Em segundo lugar, a prioridade do governo é, logicamente, o mercado de carbono regulado. Há vários projetos de lei no Congresso nesse sentido. Estamos olhando todos esses projetos, avaliando cada um, para termos, como governo, um posicionamento sobre os projetos na mesa, poder se pronunciar e tomar uma decisão. Estamos no momento da análise.

Valor: O que se vê forte nestes tempos são comunidades amazônicas sendo muito assediadas por empresas querendo negociar o carbono daquelas áreas, mas sem entender o que estão assinando.

Ana Toni: O que você menciona está acontecendo no mercado de carbono voluntário. Essas conversas meio que se confundem. O mercado de carbono regulado, o "cap" and "trade", é o que existe em Europa, China e outros lugares. Há algo importante e específico para países como o Brasil, que é o mercado de créditos de carbono florestais, e de desmatamento reduzido. O método de pagamento por resultados é o nosso Fundo Amazônia, um mecanismo que está funcionando, é transparente e maravilhoso. Essa é a prioridade. E tem o mercado de carbono voluntário, que está sem diretriz. Estamos já olhando para ele e vendo o que é bom, o que é ruim e o que precisa ser feito. O Estado tem um papel de criar salvaguardas para assegurar que as populações não sejam assediadas como está acontecendo sem nenhuma proteção.

Valor: O que é taxonomia?

Ana Toni: A taxonomia, no setor financeiro, é dar os sinais corretos para os investidores sobre quais investimentos são amigáveis para o clima. Esse debate é amplo e já está avançado em países da Europa, por exemplo. Trata-se de definir o que é um investimento verde. Aqui no Brasil estamos iniciando essa discussão, que é muito importante tanto para investimentos privados como para investimentos públicos. Para que o investidor que quiser priorizar investimentos verdes tenha segurança de que não se trata de "greenwashing".

Valor: A **reforma tributária** pode beneficiar o clima?

Ana Toni: Certamente. Não só beneficiar, mas talvez fazer com que os investimentos verdes tenham a mesma competitividade que os não verdes. O secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, tem essa preocupação. Esperamos que ele possa olhar com carinho para quais impactos a **reforma tributária** vai ter em uma economia que está querendo se colocar, por exemplo, na área de bioeconomia. Vai beneficiar a bioeconomia? Ou

assegurar que os investimentos em renováveis possam ser competitivos? A **reforma tributária** será fundamental para a área de clima.

Valor: O Brasil está recebendo visitas do alto escalão do governo de países parceiros e preocupados com clima. Como vê essa efervescência?

Ana Toni: Essa efervescência é reflexo do apagão que estava o Brasil nos últimos quatro anos e da vontade de os países voltarem a cooperar com o Brasil de diversas maneiras. Mas é principalmente o reconhecimento de agora ter um governo que está comprometido com o combate às mudanças do clima e o combate ao desmatamento, tendo o presidente Lula deixando absolutamente claro que isso é uma prioridade. Demonstra, acho, o interesse e o reconhecimento do mundo da importância do Brasil no combate às mudanças do clima. Há muito oferecimento de apoio e solidariedade. Sabem também que o Brasil pode ter um papel de liderança.

Valor: Haverá disponibilidade de recursos para o Brasil?

Ana Toni: Não tenho nenhuma dúvida de que muito recurso pode vir para o Brasil, se fizermos a lição de casa certa. O Fundo Amazônia foi recomeçado. Os governos norueguês e alemão já falaram nisso, há a promessa do governo americano de colocar recursos no fundo e em outros mecanismos. O Fundo Amazônia é a prioridade, mas acredito em recursos para agricultura de baixo carbono, para área de renováveis e hidrogênio verde, recursos para adaptação, que vamos precisar muito. Não estamos buscando só recursos, mas também a troca de experiências, cooperação técnico-científica. Temos conversado bastante também sobre oceanos e zonas costeiras.

O tema de clima é compartilhado, muito central, prioritário e transversal no governo. É uma política de Estado" Valor: Em que medida?

Ana Toni: Os oceanos têm papel muito importante no balanço da temperatura e na meta de chegarmos a 1,5°C. Os oceanos sofrem com o aumento da temperatura e também são sumidouro de carbono, então mantê-los saudáveis é também mitigar a mudança climática. Além disso, a maioria das grandes cidades brasileiras está na área costeira e conhecemos a vulnerabilidade de quem vive nas encostas. Lembrando que muitas comunidades dependem da pesca. Vamos ter que priorizar isso, já deveria ter sido priorizado, para falar a verdade. Esperamos ter cooperação também nessas áreas Valor: É ter visão de planejamento também, não é?

Ana Toni: O mar subindo acaba com os manguezais, acaba com os peixes, a salinização acaba com os corais. Queremos trazer o oceano e as zonas costeiras para dentro das políticas de mitigação e adaptação é mostrar que são áreas tão importantes quanto a agricultura, a indústria e outras. Clima não é só um tema ambiental, estamos falando de modelo de desenvolvimento. Não é um tema restrito. Depende de todos os ministérios. Do setor privado, de governos subnacionais. Já temos a linha de chegada.

Valor: O que quer dizer?

Ana Toni: O Brasil já tem uma determinação básica que é chegar em 2050 sendo carbono líquido zero. O que isso significa para uma meta de 2030? Essa não é uma meta do governo federal, é uma meta do Brasil. É quase fazer um mutirão para que a gente chegue lá.

Valor: E o desmatamento?

Ana Toni: Temos o nosso plano setorial do desmatamento, que é o PPCDAm, que foi revisado e está a mil por hora com o governo federal tentando reverter esse momento horrível dos últimos quatro anos, com desmatamento desenfreado. Vai demorar um pouco, porque o desmatamento já foi contratado, mas tem um programa robusto de combate. Mas para que as metas brasileiras façam parte de um modelo de desenvolvimento, têm que ter plano setorial de agricultura, indústria, transportes, energia. A gente quer um modelo de desenvolvimento sustentável, de baixo carbono, próspero e justo socialmente..

Valor: Nos últimos quatro anos, enquanto o Brasil ficou parado, outros foram para frente. Como o Brasil pega o bonde?

Ana Toni: Não só o Brasil perdeu tempo, mas andou para trás. O governo brasileiro, melhor dizendo, não o Brasil. A sociedade, setor privado, governos subnacionais andaram para frente e estão conscientes de que Europa, EUA e também Índia, China e África do Sul trouxeram o clima para o centro de suas políticas industriais e de desenvolvimento. Não tem jeito, teremos que dar um pulo de gato. Temos vantagens comparativas em relação a muitos outros, por exemplo, na nossa matriz energética. Temos que transformá-las em vantagens competitivas.

Valor: Que olhar a secretaria terá para justiça social, racismo ambiental, justiça climática?

Ana Toni: Não há outra maneira de combater a mudança climática senão com justiça social no Brasil. Esse tripé-baixo carbono, justiça social e prosperidade econômica -tem que vir junto. Temos que ter políticas de baixo carbono que tragam mais e melhores

empregos. Temos escolhas a fazer nos diversos cenários de descarbonização. Não serão escolhas fáceis, mas não dá para deixar ninguém para trás.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1§ion=1)**

Análise: Desconfiança do mercado financeiro é a mesma da eleição

Luiz Carlos Azedo

A Consultoria Genial Quaest divulgou, ontem, uma pesquisa com representantes do mercado financeiro que mostra claramente a má vontade desses setores com o governo Lula. É a mesma registrada na eleição, quando apoiaram a recondução do presidente Jair Bolsonaro e a continuidade da política econômica do ex-ministro Paulo Guedes, o Posto Ipiranga do governo passado. Cerca de 94% confiam pouco ou nada no presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O levantamento foi realizado entre 10 e 13 de março e ouviu 82 representantes de fundos de investimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A pesquisa também apontou que 98% dos entrevistados consideram que a economia do país, com o governo Lula, está indo na direção errada. O pessimismo em relação aos próximos 12 meses também é grande: 78% dos representantes acham que a economia vai piorar. A pesquisa mostra também um alinhamento com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pois 90% consideram a relação do governo com o BC negativa; 89% temem a sua exoneração. Confiam muito no presidente do BC 68% dos entrevistados.

O único dado positivo para o governo na pesquisa Genial Quaest é o apoio à **reforma tributária**, que chega a 91% quanto à unificação dos **impostos** e à perspectiva de aprovar a reforma em seis meses. A desconfiança em relação à sustentabilidade da política fiscal chega a 90%, com base numa previsão de que a economia precisaria de um superávit primário entre

R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões. Não é uma meta inalcançável.

O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 99,0 bilhões em janeiro, ante superávit de R\$ 101,8 bilhões no mesmo mês de 2022. O governo central e os regionais registraram superávits respectivos de R\$ 79,4 bilhões e de R\$ 21,8 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$ 2,2 bilhões. Em 12 meses, o setor público consolidado obteve superávit de R\$ 123,2 bilhões, equivalente a 1,24% do **PIB** e 0,04 p.p. inferior ao superávit registrado em 2022.

O mercado financeiro defende como prioridade o

controle de gastos/despesas, punição em caso de não cumprimento e a estabilização/controle da dívida. A primeira consideração em relação à pesquisa é o fato de que seu universo está restrito ao mundo das aplicações financeiras, os setores que mais ganham com a taxa de juros de 13,75%. Entretanto, o setor produtivo do país começa a reclamar da taxa de juros e da falta de crédito.

A pesquisa mostra também que esses setores do mercado continuam alienados em relação à gravidade da situação do país, que o novo governo procura enfrentar. Por essa razão, o posicionamento da opinião pública é muito diferente, pois 62% acham que a economia vai melhorar. Se o presidente Lula fizesse um choque fiscal, como muitos gostariam, seria um estelionato eleitoral. A pesquisa reflete o conflito distributivo que o país enfrenta.

O apoio popular quase 12 pontos acima de sua votação no segundo turno (50,9%) foi o principal fator para que a tentativa de golpe de 8 de janeiro passado fracassasse. Esse apoio deu sustentação política às decisões de Lula, do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes para enfrentar os golpistas, bem como dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Viagem à China

Os economistas debatem saídas para o momento em que estamos vivendo. Serão os primeiros avalistas da qualidade da proposta de âncora fiscal em debate no governo. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou o arcabouço do projeto ao presidente Lula, que pretende encaminhá-la ao Congresso antes de viajar à China. Substituir o teto de gastos e restabelecer a responsabilidade fiscal não são coisas incompatíveis, mas exigem competência. Se a montanha parir um rato, o governo Lula vai patinar e fracassar.

Além do presidente da Câmara, Lula está levando na sua comitiva 20 deputados, a maioria líderes de bancada, além de integrantes das frentes parlamentares. Estão representados os seguintes partidos: PT - 4; PP - 3; MDB - 2; PCdoB - 2; PSD - 2; Avante - 1; Cidadania - 1; Patriota - 1; PDT - 1; Podemos - 1; PSDB - 1; e Rede - 1. Se Lula não

conseguir articular sua base na Câmara durante essa viagem, quem conseguirá?

Na sequência da âncora fiscal, o governo pretende aprovar a **reforma tributária**, com a transformação de cinco **impostos** num só. A expectativa oficial é de que seu impacto na geração do **PIB** seja da ordem de 20%, o que é muito otimismo. Se for a metade disso, já será um grande sucesso, invertendo a curva de crescimento da economia. A proposta organiza o sistema tributário brasileiro como nunca foi feito antes. Qualquer economista de bom senso sabe que essa reforma está indo no caminho certo, avalia Haddad. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA), além de unificar **tributos**, elimina a cumulatividade de cobranças na cadeia produtiva e elimina distorções entre setores da economia.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para contato. Clique aqui e mande o e-mail.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5080633-analise-desconfianca-do-mercado-financeiro-e-a-mesma-da-eleicao.html>

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso

Agentes do mercado e políticos aguardam ansiosos o anúncio prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o chamado novo arcabouço fiscal. A expectativa é de que ele seja anunciado até o final deste mês.

O nome complicado pode ser traduzido, de forma simples, como um conjunto de regras que vai nortear a forma como o governo federal vai administrar as contas públicas, historicamente, um dos calcanhares de Aquiles dos últimos governos.

O anúncio ainda em março antecipa em cinco meses o prazo que o governo tinha para apresentar a sua proposta de novo regime fiscal.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional aprovou a chamada emenda constitucional da transição que determinou que o governo tinha até agosto para levar uma nova proposta para o Parlamento.

Apesar de Haddad afirmar que o novo conjunto de regras é consistente, o tema é visto com preocupação por agentes do mercado e já é considerado como a primeira grande batalha que Lula deverá enfrentar no Congresso Nacional. Um desafio que pode servir de termômetro para aferir o tamanho de sua base parlamentar e a habilidade da sua equipe de articuladores políticos.

À espera pelo anúncio das novas regras, a BBC News Brasil entrevistou três especialistas no assunto para responder quatro principais perguntas sobre o tema:

O economista Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da consultoria Ryo Asset, explica que o Brasil tem uma série de regras fiscais que determinam como o governo pode gastar os recursos públicos e como ele deve gerir a dívida pública de forma que o Estado brasileiro tenha condições de honrar seus compromissos.

Entre elas está a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Outra regra é a que ficou conhecida como Teto de Gastos, aprovada em 2016, durante a gestão de Michel **Temer** (MDB), que determinava que as

despesas só poderiam crescer de acordo com a variação da **inflação**.

Nos últimos anos, porém, mecanismos como o teto de gastos viraram alvo de críticas. Por um lado, houve questionamentos por ela, supostamente, engessar os gastos públicos, limitando a quantidade de recursos injetados em uma determinada área.

De outro, a regra foi criticada por sua fragilidade, uma vez que, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), foram aprovadas propostas de emenda constitucional (PECs) que abriram brechas na norma, como a chamada PEC dos Precatórios, que flexibilizou o teto de gastos para acomodar gastos com o pagamento de precatórios devidos.

O novo arcabouço fiscal, portanto, seria uma revisão das regras que deverão ser seguidas pelo governo federal nos próximos anos.

O novo arcabouço é uma forma de agregar várias mudanças no ordenamento fiscal brasileiro porque há regras que ou não estão mais sendo aplicadas, ou perderam importância ou que não estão de acordo com a visão do novo governo, disse o economista.

Para a diretora-executiva da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Vilma da Conceição Pinto, o novo arcabouço fiscal é um conjunto de normas sobre a governança das contas e da dívida pública.

Quando falamos em um novo arcabouço, a gente fala de novos padrões de governança. Trata-se de tentar dar uma perspectiva sobre como o governo vai conduzir a sua política fiscal e equilibrar a qualidade do gasto público com a responsabilidade social, explica.

O ministro Fernando Haddad não tem dado detalhes sobre em que consiste o novo regramento desenhado pela equipe econômica do governo.

Na terça-feira (14/03), porém, o jornal O Globo publicou uma reportagem informando que um dos pontos previstos no novo arcabouço é zerar o déficit público até 2024.

Neste ano, a estimativa da equipe econômica seria

deixar o déficit em até R\$ 100 bilhões.

O déficit público é a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta. Ainda de acordo com a reportagem, a proposta elaborada pela equipe de Haddad prevê modelos para que os gastos não superem as receitas e que as receitas sejam de pelo menos 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A estimativa é de que as regras propostas sejam apresentadas até o dia 21 deste mês, data da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, quando o órgão deve anunciar ou não mudanças na taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano.

Para os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, o principal motivo de os agentes do chamado mercado estarem ansiosos sobre a proposta que o governo deverá apresentar ao Congresso Nacional é a sinalização inicial de que o terceiro governo do presidente Lula seria de uma suposta pouca preocupação com o equilíbrio das contas públicas.

Essa preocupação teria tido início ainda durante a campanha eleitoral a partir de declarações do então candidato petista contra o teto de gastos e o sistema financeiro.

Não preciso de teto de gastos, quando você faz uma lei de teto de gastos é porque é irresponsável, porque você não confia no seu taco e não confia no que vai fazer. Quem é que obrigou a fazer esse teto de gastos, foi a Faria Lima? Foi o sistema financeiro? Sem se importar que o povo é dono de uma parte? , disse Lula em julho do ano passado.

Depois de eleito, Lula passou a defender uma expansão dos gastos públicos para, segundo ele, incluir a população pobre no orçamento do governo federal.

Lula também articulou a aprovação da emenda constitucional da transição que ampliou o déficit no orçamento de 2023 de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,5 bilhões para comportar, em parte, a manutenção em R\$ 600 do valor do benefício Auxílio Brasil, que havia sido promessa de campanha de Lula e Bolsonaro.

O mercado está ansioso porque, ainda que seja só narrativa, o governo só tem falado em expansão do gasto e não em corte de despesas. Isso eleva a preocupação dos agentes do mercado sobre a trajetória e a sustentabilidade da dívida , explicou o Gabriel Leal de Barros, da Ryo Asset.

Vilma Conceição, do IFI, alerta, também, para a trajetória da relação entre a dívida pública e o **PIB**, um

dos parâmetros para aferir a sustentabilidade das contas públicas de um país.

Desde 2015, houve um aumento da dívida do país em relação ao **PIB**. Naquele ano, a dívida bruta do governo era o equivalente a 57,2% do **PIB**. Em 2020, no auge da epidemia de covid-19, esse percentual chegou a 86,9%. Em 2022, o percentual caiu para 73,5%.

Hoje, nossa dívida tem uma trajetória insustentável. O novo arcabouço tem que indicar como é que o governo vai conduzir a dívida e trazê-la para parâmetros mais equilibrados e sustentáveis , disse.

E o que o mercado espera do novo arcabouço fiscal?

Vilma da Conceição Pinto, do IFI, explica.

Pra que essa regra seja crível, ela precisa ser simples, flexível, transparente e aplicável. Tem que ser de simples compreensão, transparente e aplicável para que não se transforme em uma letra morta , diz a especialista.

Não adianta a regra ser complicada ou não haver mecanismos de obrigar a sua aplicação. Se o mercado não tiver clareza sobre como ela irá funcionar, os efeitos podem ser negativos , afirma Gabriel Leal de Barros.

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil também afirmam que, a depender das regras fiscais apresentadas pelo governo, elas poderão sinalizar ou não para uma redução da taxa básica de juros em vigor no país.

Em resumo: se o novo arcabouço indicar que haverá mais controle sobre os gastos, a tendência seria de redução da taxa de juros. Do contrário, o mercado reagiria a uma percepção de maior risco sobre as contas públicas, pressionando os juros para cima.

Os juros estabelecidos pelo Banco Central têm sido um dos pontos mais criticados por Lula na área econômica. Segundo ele, o atual patamar da taxa (13,75%) afasta investidores e diminui a atividade econômica, afetando, por exemplo, a geração de empregos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por sua vez, vem afirmando que os juros estão altos, entre outros motivos, por conta do quadro das contas públicas.

Em fevereiro, Campos Neto voltou a defender a disciplina fiscal durante uma sessão solene no Congresso Nacional.

Hoje, o que a gente precisa concentrar é em ter uma disciplina fiscal, entendendo que precisamos ter um olho mais especial no social. Quanto mais transparente e eficiente o público for, mais aptos seremos para captar recursos privados , disse.

Para Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e da Universidade de Brasília (UnB), a depender das regras que o governo apresentar, o mercado pode reagir positiva ou negativamente, afetando, por exemplo, a taxa de juros.

Em um ambiente de maior incerteza, os investidores cobram um maior prêmio de risco, que tem impacto nos juros. Se o arcabouço fiscal sinalizar com redução do déficit, o mercado vai ficar menos pressionado e isso abrirá caminho para reduzir a taxa de juros , disse Manoel Pires.

O governo precisa sinalizar com esse novo arcabouço que vai conduzir as contas públicas de forma sustentável. E aí isso gera impacto no curtíssimo prazo reduzindo o risco e gera condições ou a percepção de que a taxa de juros pode começar a cair , explica Vilma Conceição.

Na avaliação dos especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, aprovar o novo arcabouço fiscal vai ser a primeira grande batalha de Lula no Congresso Nacional por alguns motivos.

O primeiro deles é por motivos cronológicos. Se o novo arcabouço for apresentado ao Congresso em março, como planeja a equipe econômica do governo, sua tramitação deve começar antes da **Reforma Tributária**, outra proposta cara ao atual governo Lula.

Neste aspecto, o relógio corre contra o governo uma vez que, se o novo arcabouço não for aprovado neste ano, o orçamento de 2024 terá que seguir as regras fiscais antigas, ou seja: o governo Lula terá que se submeter ao teto de gastos que tanto criticou.

O segundo motivo é político.

A aprovação do novo arcabouço vai ser o primeiro grande teste da base política do governo Lula e vai exigir muita articulação. Eu avalio que é mais complicado do que aprovar a **reforma tributária** porque nada impede o governo de adiar a reforma por alguns meses. O arcabouço, não , diz o economista Manoel Pires.

O arcabouço é como se fosse o Plano Real do Lula. Algumas pessoas vão dizer que estou exagerando, mas não acho que seja o caso. Essas regras serão

fundamentais para ditar o futuro do governo, como o mercado vai reagir a ele e vão demandar muita negociação com o Congresso , disse o economista Gabriel Leal de Barros.

Em alguma medida, a aprovação do arcabouço pode criar condições melhores ou piores para a aprovação da **reforma tributária** , completou Barros.

A preocupação sobre a capacidade de negociação e o tamanho da base parlamentar do governo tem sido uma constante nos corredores do Congresso Nacional.

Apesar de vencer Bolsonaro nas urnas, Lula não conseguiu eleger uma bancada no Parlamento capaz de lhe dar uma maioria folgada. O PL, partido de Bolsonaro, foi a legenda que elegeu o maior número de deputados federais, por exemplo.

Para ampliar sua base, Lula distribuiu ministérios para partidos aliados e tentou se aproximar de legendas que oscilaram entre ele e Bolsonaro, como o União Brasil, que tem três ministérios, mas ainda não firmou posição oficial a favor do governo do petista.

Mesmo assim, ainda não há certeza sobre se Lula conseguirá contar com uma base capaz de aprovar matérias importantes para o seu governo.

No dia 6 de março, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) disse que Lula não tinha votos suficientes para aprovar seus projetos.

Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional , disse Lira.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/arcabouco-fiscal-4-perguntas-sobre-primeira-grande-batalha-de-lula-no-congresso,fd7c220d8bc853ef587308ce6da579fefn6fd5hu.html>

The image is a screenshot of the Terra news website. At the top, there is a navigation bar with the Terra logo and a search bar. Below the navigation bar, there is a main article titled "Análise: Brasil: o progresso sobre proposta grande" with a sub-header "Reforma de LULA no Imposto". The article text is dense and covers various aspects of the tax reform proposal. To the right of the main article, there is a sidebar with "Top stories" and "Mais notícias" sections. The "Top stories" section includes a video player and several news items with thumbnails and titles. The "Mais notícias" section lists more articles with their respective titles and brief descriptions. The overall layout is clean and professional, typical of a news portal.

Puxadinhos tributários (Artigo)

RODRIGO SPADA

Não é fácil tirar esqueletos do armário.

Mas, diante de uma reforma, é necessário. É por esse movimento que passamos agora, no momento em que o Planalto e o Congresso estão comprometidos em alterar o sistema tributário brasileiro.

Tudo o que foi escondido durante anos nos puxadinhos de legislações opacas e confusas terá de vir à luz para dar espaço a um novo modelo de tributação, mais moderno, eficiente e transparente. É, naturalmente, um caminho complexo e cheio de incompreensões.

Entre os que rejeitam a reforma - por interesse setorial ou desinformação -, ganhou força recentemente um argumento falso, mas aparentemente plausível. Diz-se que a proposta de criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com alíquota estimada em 25% geraria aumento da carga tributária. O caminho que leva a essa conclusão equivocada é o seguinte: se vamos trocar os atuais 5% de ISS ou 18% de ICMS, em média, por 25% de IVA, haverá aumento. Parece fazer sentido, mas não faz -até porque a conta enviesada deixa de fora PIS, Cofins e IPI.

As alíquotas não são comparáveis porque as bases de cálculo são diferentes.

Isso acontece porque, ao longo dos anos, em vez de seguir o caminho mais transparente e difícil de aumentar as alíquotas dos **impostos**, sucessivas legislações foram alterando a base de tributação, concedendo tratamentos diferenciados e reduzindo créditos em manobras que aumentavam a arrecadação de forma oculta, sem o ônus de elevar a alíquota.

Além disso, com os **impostos** incidindo "por dentro" -o tributo incide sobre ele mesmo e não apenas sobre o valor do produto -, paga-se de fato mais imposto do que se vê ao olhar exclusivamente para as alíquotas.

Em verdade, o sistema tributário atual é de tal modo complexo que é impossível saber qual a carga exata de cada produto ou serviço. É por isso que deixou de ser obrigatório colocar nas notas fiscais a informação sobre quanto exatamente foi pago a título de **tributos** em determinada transação. O máximo que conseguimos é discriminar um valor aproximado do imposto cobrado.

Outro fator fundamental neste debate é a cumulatividade que existe no sistema. **Impostos** incidem sobre **impostos** e encarecem o valor final do produto ou serviço. Isso não acontece no modelo de IVA, que retira todo o resíduo tributário da cadeia ao condensar cinco **impostos** diferentes num só.

O compromisso fundamental da proposta de reforma que se discute é manter a carga tributária no mesmo patamar atual. A alíquota estimada em 25% é fruto de um cálculo que joga luz sobre todos os recônditos do nosso sistema tributário e transforma tudo numa alíquota única, transparente e não cumulativa. Um índice claro, que será um argumento insofismável para que a população cobre retorno dos **impostos** na medida exata do que se paga.

Imposto sobre Valor Agregado retira todo o resíduo tributário da cadeia ao condensar cinco **impostos** diferentes num só

Rodrigo Spada, engenheiro de produção e advogado, é auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

País precisa de superávit de 3,6% do PIB para conter alta da dívida bruta, diz IFI

Para evitar o crescimento da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), o setor público precisaria alcançar um superávit primário (diferença positiva entre receitas e despesas, exceto juros) equivalente a 3,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), calcula Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu Relatório de Avaliação Fiscal (RAF), divulgado nesta quarta-feira, 15.

Em janeiro, a DBGG estava em 73,1% do **PIB**. O esforço considera uma taxa de juros implícita real de 5,9% na dívida e um crescimento real da economia de 0,9%.

Num prazo médio, até 2031, o primário requerido para estabilizar a dívida seria de 1,5% do **PIB**.

A IFI considera que, nesse período, a economia crescerá em média 1,9% ao ano, e os juros da dívida ficarão em 3,9% ao ano.

No entanto, o resultado das contas do setor público consolidado deverá ser negativo este ano. A projeção da IFI passou de 1,3% do **PIB** no relatório de fevereiro para 1,4% do **PIB** em março.

Para 2023, o resultado negativo projetado passou de 1,1% do **PIB** para 1,2% do **PIB** em 2024.

Essas mudanças ocorreram em razão da piora das contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central). A IFI reviu as projeções, de déficit de R\$ 118,3 bilhões (1,1% do **PIB**) para R\$ 125 bilhões (1,2% do **PIB**). As estimativas para 2024 também foram revistas, e o déficit esperado aumentou de 0,9% do **PIB** para 1% do **PIB**.

Nos dois casos, cresceu a projeção de despesas. Para 2023, a estimativa de gastos subiu R\$ 6,7 bilhões.

A principal explicação são as mudanças no programa Bolsa Família, com o pagamento do bônus de R\$ 50 para o público de 7 a 17 anos e gestantes.

Também foi considerado um novo processamento da Dataprev, que deverá facilitar a concessão de abono e seguro-desemprego. Para 2024, a IFI considerou a dinâmica de novos gastos introduzidos pela Emenda Constitucional 126, conhecida como PEC da Transição.

Pelo lado das despesas, não houve mudança nas projeções.

Apesar de o governo federal haver retomado apenas parcialmente a cobrança de **tributos** sobre combustíveis, foi anunciada a **taxação** das exportações de petróleo, o que permite manter as receitas no mesmo nível.

Assim, a DBGG deverá avançar para 78,6% do **PIB** em 2023 e 81,6% do **PIB** em 2024, calcula a IFI.

A definição do arcabouço fiscal, que deverá ocorrer nos próximos dias, é listada pela IFI como um fator de risco para a credibilidade das contas públicas, a depender do desenho. Da mesma forma, são fatores de incerteza a desaceleração da atividade econômica, que pode afetar as receitas, e a "falta de clareza quanto às fontes de financiamento e o impacto potencial das medidas anunciadas em janeiro pelo Ministério da Fazenda".

O relatório estima ainda que o **PIB** brasileiro, ao recuar 0,2% no quarto trimestre do ano passado, apresentou hiato de -0,1%. O hiato mede a diferença percentual entre o **PIB** efetivo e o **PIB** potencial (tendência de médio ou longo prazo).

Para este ano, a projeção é de crescimento de 0,9%.

Destaca também que concessões de empréstimos a pessoas físicas cresceram de forma concentrada em linhas como cartão de crédito e cheque especial, que não envolvem concessão de garantia por parte do tomador. Segundo o boletim, o uso de linhas mais caras e a alta dos juros elevam a inadimplência no crédito pelas famílias.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187493?page=1§ion=1>

PEC para imunidade tributária a templos tem apoio de 333 deputados e aval de Lira

A bancada evangélica entregou ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), proposta de emenda constitucional (PEC) para garantir imunidade tributária a templos católicos e evangélicos no país. O texto é do deputado Marcello Crivella (Republicanos-RJ), sobrinho de Edir Macedo, dono da TV Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus.

O texto da PEC é amplo e garante que a imunidade tributária para a aquisição de bens e serviços "necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços". Os deputados querem, com isso, o fim da cobrança de **impostos** para a construção e reformas dos templos e para obras para prestação de serviços, como construção de creches, asilos ou comunidades terapêuticas. A intenção deles também é a isenção de **tributos** com os gastos com a manutenção das atividades das igrejas e compras relacionadas aos cultos.

A PEC foi subscrita por 333 deputados, bem mais do que era necessário para que tramitasse (171) e mais do que o suficiente para ser aprovada (308). Lira foi ao ato e prometeu que remeterá imediatamente para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise. "De maneira ordenada, hoje com a indicação e a eleição de presidentes das comissões, as comissões temáticas começam a funcionar na sua plenitude e a PEC será remetida imediatamente a CCJ para ter sua tramitação", disse Lira.

O presidente do colegiado é o deputado Rui Falcão (PT-SP) e caberá a ele definir o relator e o momento em que a matéria será pautada. Apenas seis deputados dos 68 do PT deram apoio à tramitação da PEC.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187493?page=1§ion=1>

Haddad entrega regra fiscal; Lula diz que proposta sai até a semana que vem



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prepara regra fiscal para substituir o teto de gastos Gabriela Biló - 13.mar.23/folhapress

Nathalia Garcia Marianna Holanda Idiana Tomazelli

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quarta-feira (15) que a proposta de regra fiscal elaborada pela pasta para substituir o teto de gastos está no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, afirmou que teve uma primeira conversa com Haddad, mas que ainda não viu a proposta.

Os detalhes devem ser discutidos em reunião de ministros da área econômica e da Casa Civil com Lula na próxima sexta-feira (17), segundo Haddad. Inicialmente, a previsão era que esse encontro ocorresse na quinta-feira (16), mas não foi possível conciliar as agendas para que isso acontecesse.

O presidente tem uma viagem marcada para Foz de Iguaçu (PR) e, depois, participa de uma solenidade em Brasília.

"Ele [Lula] marcou [para] depois de amanhã, portanto, a reunião para que os detalhes sejam apresentados. Eu já conversei ontem [terça-feira, 14] com ele sobre o assunto. Entreguei para o vice-presidente [Geraldo Alckmin] e falei com ele [Lula] que entreguei para o Alckmin e expliquei mais ou menos em linhas gerais", disse Haddad na noite desta quarta.

"Mas ele [Lula], obviamente, depois de amanhã vai saber os detalhes todos para validar os parâmetros, validar o desenho, para que possa autorizar a redação

do projeto de lei complementar que vai para o Congresso Nacional", afirmou o ministro.

Horas antes, o presidente afirmou a jornalistas que não poderia fazer comentários sobre a proposta de novo arcabouço fiscal porque não havia visto os detalhes. Ele disse que chegou a ter uma primeira conversa com o ministro e que o formato final da regra será definido antes de sua viagem à China, no dia 24.

"Quando eu vir [a proposta], eu terei o maior prazer de conversar com você e contar tudo que vai ser colocado no arcabouço. Mas eu ainda não vi. Eu tive uma primeira conversa com o Haddad, ele ficou de aprontar e, quando ele aprontar, eu vou ver. Assim que eu vir, a hora que for aprovado, vocês vão ser as segundas pessoas a saberem do arcabouço", disse a jornalista após almoço com almirantes na Marinha.

Questionado se a decisão sobre a regra fiscal sairia antes de sua viagem à China, Lula confirmou: "Até porque o Haddad vai viajar comigo, deve ser antes da viagem". O aval do presidente é a última etapa antes de a proposta ser enviada para o Congresso Nacional.

Mais cedo, o ministro da Fazenda já havia sinalizado a entrega da proposta ao Planalto. "Já está no [Palácio do] Planalto", respondeu, ao ser questionado por jornalistas sobre a entrega do desenho do novo arcabouço fiscal a Lula.

Já à noite, Haddad evitou se comprometer com o anúncio oficial da proposta na semana que vem e disse que essa decisão cabe ao presidente.

"Ele que define. Agora é o Presidente da República. É um assunto que nos inspira muita cautela. Ele quer saber os detalhes, os impactos, as trajetórias. Ele validando, a última palavra é dele. A área econômica já está informada. O vice-presidente foi informado ontem. Entreguei em mãos a apresentação para que ele já digerisse a apresentação. Falei com o presidente, e agora é apresentar em detalhes com os outros ministros", afirmou.

Sem aprofundar o tema, o ministro disse que a proposta é "um desenho novo" e será "consistente". A partir do sinal verde de Lula, o texto legal ainda precisará ser redigido pelos técnicos do governo. "Isso se faz em 24 horas", disse.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quarta que a "moldura" da regra fiscal está pronta e que a equipe econômica agora está discutindo os números da proposta. Segundo ela, o governo está "fechando a questão numérica para apresentar a perspectiva mais pessimista e a mais otimista para o presidente".

Tebet afirmou que a proposta "está muito bem equilibrada e é flexível". "Ela olha pelo lado da despesa e pelo lado da receita. Ela é crível, ela é factível. Sobre esse aspecto, agrada a todos", acrescentou.

Segundo a ministra, é possível conciliar cada um dos interesses "fazendo conta". "No meu caso, pelo lado da despesa. É preciso cortar gastos, é preciso zerar o déficit fiscal, e essa âncora contempla esse lado do Ministério do Orçamento. Acredito que vamos ter um bom anúncio quando ele for efetivado", disse ela a jornalistas.

Quando Haddad apresentou o desenho a Tebet, na semana passada, ela se disse satisfeita "do lado orçamentário e fiscal" e acrescentou que a proposta garante investimentos e irá agradar "inclusive ao mercado".

O ministro da Fazenda já disse anteriormente que a nova regra fiscal será simples e não será uma meta de controle da dívida pública.

Membros do governo envolvidos no debate afirmam que o arcabouço vai permitir que se alcance o objetivo de zerar o déficit primário já em 2024.

De acordo com o ministro, em entrevista à CNN Brasil, o novo modelo proposto não irá reproduzir as limitações identificadas em outros mecanismos, como a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o teto de gastos -que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** registrada no ano anterior.

Na manhã de terça, Haddad apresentou a proposta a Alckmin, que também acumula o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Segundo o titular da Fazenda, a recepção foi positiva.

Por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos, o novo arcabouço fiscal é um dos temas mais aguardados pelos economistas da iniciativa privada.

Inflação dará alívio a pobres, avaliam especialistas

Depois de castigar os mais pobres nos últimos três

anos, a **inflação** de alimentos deve dar trégua em 2023. Neste ano, a classe média é que deve sentir mais o peso da aceleração dos preços, que será mais forte nos itens administrados (como gasolina e energia) do que nos alimentos. Em debate promovido pela Folha e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, especialistas consideraram que uma das prioridades do governo Lula será manter e aperfeiçoar os benefícios sociais aos mais pobres. Eles lembram que os alimentos já reduziram muito o poder de compra dessa faixa da população. Segundo André Braz, coordenador do índice de Preços ao Consumidor do Ibre-FGV, os alimentos no domicílio subiram 45% em três anos, ante uma **inflação** oficial acumulada de 22,8%. Para 2023, Braz estima que a alta dos alimentos será de 3,7%, abaixo da expectativa de mercado para o IPCA, de 6%.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50217&maxTouch=0&_ga=2.52431456.916261654.1678873530-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2